

[cumprimentos]

Os múltiplos desafios que a sociedade nos lança, neste limiar do século XXI, exigem um olhar e uma abordagem política que radique nos valores do ideal autonómico açoriano, que crie espaços de diálogo e coesão, e acima de tudo, recolque a esperança no seio das nossas comunidades. É neste contexto, que o poder local desempenha hoje mais do que nunca um papel cívico e social capital nas nossas localidades, assumindo-se efetivamente como a pedra angular da democracia, o alicerce do edifício democrático em Portugal.

“Não haverá verdadeira política económica nem autêntica concertação nacional enquanto não se derem passos significativos para a institucionalização das regiões e para a existência de um autêntico poder local”, afirmou, categoricamente, Francisco Sá Carneiro.

Efetivamente, sendo as esferas de governação mais próximas da comunidade, as autarquias assumem-se como os meios de intervenção melhor colocados para apoiar a população. Todavia, não obstante a efetiva afirmação do Poder Local - em particular a partir de 1979, ano em que o país passou a dispor de uma lei

estruturante de finanças locais - a verdade é que esta é uma realidade muitas vezes ignorada e demasiadas vezes menosprezada.

Nas últimas três décadas, os Municípios desenvolveram um trabalho árduo e progressivo, levando um conjunto de infraestruturas aos lugares mais isolados e inacessíveis, promovendo o planeamento e a programação da ocupação do território, assim como o seu desenvolvimento global, de acordo com uma matriz tributária da coesão social e territorial, agora tão em voga. Embora, nem sempre seja reconhecido, a verdade é que se a Lei Fundamental não tivesse consagrado a descentralização administrativa como um dos principais objetivos do Estado, certamente as assimetrias que ainda hoje se verificam e reclamam tratamento diferenciado de município para município e, muitas vezes, de freguesia para freguesia, seriam bem maiores e intoleráveis.

Nos últimos trinta anos, estas edilidades viram a qualidade dos serviços prestados seja no que concerne ao abastecimento de água, recolha de resíduos sólidos e líquidos, seja ao nível da educação pré-escolar e básica, da cultura e do desporto, entre muitos outros, aumentar exponencialmente se tivermos em conta a base de partida, assumindo-se, como uma história de sucesso, das muitas que o país democrático se pode orgulhar.

O tempo conturbado que vivemos, em que os indicadores da economia Regional se agravaram ano após ano, é fruto de decisões menos corretas ou desajustadas no tempo, e de indecisões ou medos derivados da falta de coragem em definir um rumo e uma estratégia para a Região.

No contexto da globalização da economia mundial, que se vem desenhando desde o início da década de 90, esta não pode ser considerada como um fator novo e um dado surpresa, mas uma consequência da adoção de políticas imediatistas, sem ter em conta a evolução do meio envolvente. Neste sentido, também as Autarquias tem sido massacradas por legislação criada sem medir o custo/benefício, obrigando a uma carga burocrática de custos elevadíssimos, retirando eficácia às pequenas máquinas que são o poder local e que devem ser eficazes para resolver os problemas diretos das suas populações.

Exige-se, em nome da eficácia, da coerência, da transparência e da igualdade de tratamento, que a legislação para o Sector Público - inclui-se aqui o Estado central, regional e local - tenha um tronco comum. Para que todos sejam tratados da mesma forma e todos tenham os mesmos instrumentos, de modo a que se avalie cada

um pelo cumprimento de objetivos económicos e sociais e não pelo cumprimento de regras. O mesmo se aplica ao setor empresarial, quer seja do estado central, regional ou local, cada um tem as suas regras, o que num País tão pequeno no contexto global, poderá ser considerado, no mínimo, surrealista.

Meus amigos, percorremos já um longo caminho mas longo é ainda o caminho que resta percorrer. Longo e demasiado solitário. É com grande angústia que vejo hoje os nossos jovens cada vez mais afastados e alheados da política, num errante comportamento apático de uma geração “endemicamente apolítica”, desinteressada e fracamente envolvida nos processos democráticos. Paradoxalmente, esta é a geração mais qualificada de sempre, mais preparada e aquela que menos se interessa, revê ou identifica com o atual sistema político. Os filhos de abril vivem alienados da vida pública!

Um estudo recente, solicitado pelo Presidente da República vem confirmar esta realidade. Em 2007, cerca de 13,6 por cento dos jovens participavam em partidos políticos, atualmente apenas 3,7 o faz. A diferença é abissal! Este é um grave problema social do mundo ocidental. Este é um problema que diz respeito a todos nós. É crucial fazermos a diferença. Não ficarmos indiferentes. Urge resgatar esta geração sitiada para a

vida democrática. Restituir-lhes os valores de abril, devolver-lhes a esperança num futuro melhor. Pois não há maior tragédia que assistir à agonia de uma esperança (Simone Beauvoir). E, tal como afirmou Bertold Brecht, “que continuemos a nos omitir da política é o que os malfeitores da vida pública mais querem”.

Quem não luta pelos seus direitos, não é digno deles. Foi ciente desta máxima, e com um grande desejo de lutar pelos interesses dos meus concidadãos, que com tenacidade me envolvi nas lides políticas. Ingressei na JSD na altura da sua fundação nos Açores e tenho a confessar-vos que serei um Eterno Jota, fazendo jus ao slogan “uma vez jota, para sempre jota!”. Com apenas 19 anos era já Presidente da Junta da Freguesia da Madalena. Se sofri dissabores pelo caminho? Alguns. Se caí? Diversas vezes. Mas como diria a poetisa “tem mais chão nos meus olhos, do que cansaço nas minhas pernas, mais esperança nos meus passos do que tristeza nos meus ombros, mais estrada no meu coração do que medo na minha cabeça.” (Cora Coralina) E sobretudo, a certeza de que servir o povo é a mais nobre função de um político. É pelo povo e para o povo, é pelo nosso eleitorado, que não obstante as dificuldades devemos erguer mais alto a nossa

bandeira. São eles que devem ser o nosso princípio e a nossa meta.

É capital, restabelecer-se esta relação de proximidade, de afinidade, de diálogo para com o nosso eleitorado. Estou na política há quase quarenta anos, e nestas quatro décadas de dedicação à causa pública, sempre, sempre pautei a minha conduta por estes valores, sacrificando não raras vezes a vida pessoal, para estar ao lado dos munícipes, privilegiando o contacto direto com estes. É fundamental esta política de proximidade. É imperativo estar no terreno, conhecer as dificuldades e os anseios, viver o quotidiano da nossa população.

Meus amigos, antes de terminar, não posso deixar de expressar aqui a minha enorme satisfação por esta iniciativa. Cumprimos hoje uma das missões mais nobres da JSD, a formação política, revigorando os princípios constantes no código genético social-democrata, inquestionavelmente um dos trunfos do sucesso da autonomia constitucional dos Açores. A JSD e o PSD Açores estão de parabéns por esta iniciativa!

Aproveitem ao máximo esta Universidade de Verão. Deem o vosso melhor! Sei que o farão. Não pretendemos que saiam daqui mais ou menos convictos das vossas ideologias, mas sim mais preparados para enfrentar os

desafios futuros, com um efetivo espírito de intervenção cívica e social, mais aptos para dar o imprescindível contributo que a juventude açoriana deve dar em prol do bem comum.

“É urgente tornarmo-nos nós próprios na mudança que queremos ver no mundo”, afirmou Mahatma Gandhi. Em cada um de vós, jovens, habita uma nova esperança, novos horizontes. Ao projetarem-se no futuro em vós residem todas as possibilidades. Lembrem-se: O futuro dos Açores, o futuro deste país está, também, nas vossas mãos!

Muito obrigada! Bem hajam!